

**HABEAS CORPUS Nº 548.301 - RS (2019/0355548-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA E OUTROS**  
**ADVOGADOS : JOÃO OLÍMPIO DE SOUZA FILHO - RS009627**  
**FÁBIO MAFFESSONI KURY - RS047264**  
**EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA - RS0071365**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**PACIENTE : DANIEL TITO PRATES**

**DECISÃO**

**DANIEL TITO PRATES** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Agravo em Execução n. 5067027-78.2015.4.04.7100, em que **foi mantido o indeferimento do indulto, porquanto não foi cumprida a fração relativa à pena pecuniária, derivada da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.**

Consoante alega a defesa, "[s]e o DECRETO PRESIDENCIAL diz que o indulto será concedido independentemente do pagamento da prestação pecuniária, é incompreensível essa interpretação descabida de que se está querendo compensação ou isenção da pena sem o cumprimento mínimo. A substituição já ocorreu no seu início, não há soma de penas ou interligação de uma com a outra" (fls. 10-11).

Com efeito, ao manter a negativa do benefício, a Corte de origem salientou que, "restando pendente de cumprimento a integralidade da pena pecuniária, não se encontram preenchidos os requisitos para a concessão do indulto de Natal, impondo-se o desprovimento do recurso" (fl. 318).

O entendimento encontra respaldo na jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual "o cumprimento da fração de pena prevista como critério objetivo para a concessão do indulto - de um terço ou de um quarto - **deve ser aferida com relação a cada uma das sanções alternativas impostas ao postulante, tidas individualmente.** III - No caso, com a **total inadimplência da pena pecuniária, não resultou cumprido o critério objetivo do indulto**" (AgRg no AREsp n. 966.139/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 28/2/2018, grifei).

# *Superior Tribunal de Justiça*

No mesmo sentido:

[...]

1. Hipótese na qual o indulto foi negado ao paciente, pois, a despeito do integral cumprimento da prestação de serviços à comunidade, não se verificou o pagamento de sequer uma parcela da pena pecuniária que lhe foi imposta.

2. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que, para o preenchimento do requisito objetivo exigido para fins de concessão de indulto ou comutação, **é necessário que o reeducando tenha cumprido a fração exigida no decreto presidencial em relação a cada uma das sanções restritivas de direitos que lhe tenham sido impostas pelo Juízo sentenciante.**

3. Habeas corpus não conhecido (HC n. 331.374/SC, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 11/5/2016).

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**